

**PARECER JURÍDICO**

SCDOC N° 6549/2020

INTERESSADO: Secretaria Geral da CEGÁS.

**EMENTA:** Requisição de empregado da Sócia MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL LTDA. – Assessoria da Diretoria – Emprego em Comissão existente na estrutura organizacional da CEGÁS – Reembolso pela CEGÁS ao acionista da remuneração e encargos do empregado requisitado – Fundamento no Regulamento de Pessoal e no Estatuto Social. Competência da Assembleia Geral da CEGÁS.

<b>DOS FATOS</b>
------------------

Trata o presente de uma solicitação da Secretaria Geral da CEGÁS, para a análise e emissão de Parecer Jurídico acerca da requisição da Srta. Alyne Valentim Muniz, empregada da sócia Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., para ocupar o emprego em comissão de Assessora da Diretoria Administrativa e Financeira da CEGÁS, previsto na estrutura organizacional, mediante o reembolso à sócia cedente relativo a sua remuneração e encargos aplicáveis.

Para o exame dos autos, tem-se a documentação a seguir:

- I.** Às fls. 02/03, Solicitação de Parecer Jurídico;
- II.** Às fls. 04/07, Cópia da Ata da 162ª Reunião do Conselho de Administração da CEGÁS, na qual consta a autorização para a requisição da Srta. Alyne Valentim Muniz, empregada da sócia Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., para ocupar o emprego em comissão de Assessora da Diretoria Administrativa e Financeira da CEGÁS;
- III.** Às fls. 08/09, Cópia da Ata da 165ª Reunião do Conselho de Administração da CEGÁS, na qual consta a aprovação e encaminhamento para a Assembleia Geral Extraordinária a cessão autorizada pela Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. da Srta. Alyne Valentim Muniz para ocupar o emprego em comissão de Assessora da Diretoria Administrativa e Financeira da CEGÁS;

- IV. Às fls. 10/12, Cópia da Ata da 86ª Assembleia Geral Extraordinária da CEGÁS, na qual consta a aprovação da cessão da Srta. Alyne Valentim Muniz, empregada da sócia Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., para ocupar o emprego em comissão de Assessora da Diretoria Administrativa e Financeira da CEGÁS;
- V. Às fls. 13/15, Currículo da empregada requisitada;
- VI. À fl. 16, Minuta de Carta de Requisição;
- VII. À fl. 17, Tabela de Reembolso para a cessão.

Foram os fatos.

Passamos a análise.

## DO DIREITO

### 1. Da Análise Preliminar

#### 1.1. Da Natureza Jurídica da CEGÁS.

Antes de verificar o mérito da questão, insta discorrer sobre a natureza institucional da CEGÁS, sob a ótica estritamente legal, uma vez que a consideração de seu regime auxilia no balizamento de seus entendimentos institucionais internos e externos.

Nessa senda, estabelece a Constituição Federal ao tratar do regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista:

**“Art. 173.** Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

[...]

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;”

A Concessão, que tem como Concedente o Governo do Estado do Ceará e de outro lado a Concessionária, Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, tem por objeto:

“O CONCEDENTE concede à CONCESSIONÁRIA os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás, por meio de canalizações, a todo e qualquer consumidor ou dos segmentos industrial, comercial, institucional e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade.

A exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, se dará em todo o Estado do Ceará, única e exclusivamente pela CONCESSIONÁRIA”.

Aduz ainda o Contrato de Concessão, em sua Cláusula Oitava:

**“8.1. À CONCESSIONÁRIA é concedida plena autonomia econômica, técnica, administrativa e financeira, para o regular desenvolvimento da atividade concedida.”**

Portanto, trata-se de pessoa jurídica de direito privado com autonomia, gerenciamento e capital próprio, entendimento este baseado no Contrato de Concessão e consolidado na **Lei Federal nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico** da empresa pública, **da sociedade de economia mista** e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei de Responsabilidade das Estatais), *in verbis*:

**“Art. 4º** Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.  
(...)”

**Art. 6º** O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes desta Lei.”



A CEGÁS, observados os normativos supramencionados, disciplina o relacionamento interno e externo da sociedade através do Estatuto Social, o qual preceitua expressamente:

**“Art. 1º - A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, constituída com base na Lei Estadual nº 12.010, de 05/10/92, é uma sociedade de economia mista do Estado do Ceará, **que se regerá por este Estatuto, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.**”**

Logo, o Estatuto rege a empresa de economia mista, definindo as regras a serem cumpridas, disciplinando a estrutura da Governança Corporativa, transparência, boas práticas de gestão, a hierarquia, competência, estrutura de controles internos, no intuito de proteger os acionistas, bem como o patrimônio da empresa.

Além do Regulamento de Pessoal da CEGÁS, que no item 1 define o seu objetivo, dispondo:

#### **“1. OBJETIVO**

O presente Regulamento dispõe sobre as relações trabalhistas na Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, definindo direitos, deveres e obrigações, em estrita observância aos dispositivos legais previstos na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislações complementares, Estatuto Social e Normas próprias da Companhia aprovadas pelas instâncias societárias da Companhia.”

#### **2. Do mérito da solicitação.**

A Diretoria Administrativa e Financeira através da Requisição solicita o remanejamento da Srta. Alyne Valentim Muniz, empregada da sócia Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., para exercer a atividade de Assessora da Diretoria Administrativa e Financeira na Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS.

Sendo importante mencionar que a solicitação também versa sobre a possibilidade de a CEGÁS reembolsar a sócia Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. os valores correspondentes ao pagamento da remuneração e dos encargos aplicáveis.

Segundo o item 10.4 do Regulamento de Pessoal da CEGÁS, a requisição “é o remanejamento do empregado pertencente ao quadro funcional de uma Empresa pertencente a um de seus acionistas para ocupar, exclusivamente, Emprego em Comissão existente na estrutura Organizacional da CEGÁS”, sendo condicionada a existência de vaga no quadro de lotação (subitem I, do 10.4).

Assim, a referida indicação para ocupar o emprego em comissão em questão deverá cumprir o estabelecido no item 8 do Regulamento de Pessoal da CEGÁS, bem como possuir os pré-requisitos de conhecimento e habilidades necessárias, os quais estão definidos no art. 26 do Regimento Interno da Companhia.

A partir do normativo supra, havendo essa possibilidade, cabe à CEGÁS, enquanto cessionária beneficiada pela força de trabalho da empregada e o local onde serão desempenhadas as atribuições, arcar com o reembolso da remuneração, acrescido dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas aplicáveis, conforme exposto no item 10.4 do Regulamento de Pessoal da CEGÁS, no qual:

“Nos casos de requisição aprovados pela Assembleia de Acionistas, a Companhia poderá promover o reembolso à entidade cedente do ônus da remuneração atribuída ao Emprego em Comissão ocupado na CEGÁS, devidamente acrescida dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas aplicáveis, obedecidas as disposições legais vigentes e suas posteriores alterações.

O custo do empregado requisitado pela Companhia para o exercício de Emprego em Comissão não poderá ser superior ao custo correspondente àquele estabelecido pela CEGÁS nos seus atos normativos internos para a respectiva vaga a ser ocupada.”

O reembolso da remuneração e seus encargos aplicáveis é um instituto já consolidado na Administração Pública, inclusive havendo legislação que o regulamenta, como no Decreto Estadual 32.960/2019 e no âmbito federal, previsto na Lei 8.112/1990.

## CONCLUSÃO

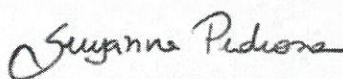
Isto posto, considerando os fundamentos jurídicos apresentados e o que mais dos autos consta, esta Gerência Jurídica, por sua vez, entende pela possibilidade do remanejamento da empregada da sócia Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., Srta. Alyne Valentim Muniz, para exercer a atividade de Assessora da Diretoria Administrativa e Financeira na Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, assim como pela possibilidade do

reembolso à sócia requisitada dos valores correspondentes ao pagamento da remuneração e dos encargos aplicáveis, desde que atendidas as exigências contidas no Regulamento de Pessoal da CEGÁS.

Ressaltando-se que a solicitação deverá seguir o trâmite determinado no item 10.4 do Regulamento de Pessoal da CEGÁS, devendo ser encaminhada para a autorização da Assembleia Geral da CEGÁS, conforme determina o art. 7º, inciso XI, do Estatuto Social da CEGÁS.

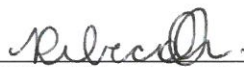
É o parecer, S.M.J.

Fortaleza, 10 de setembro de 2020.



**SUYANNE PEDROSA**  
**GERENTE JURÍDICA**  
(INTERINA)

Elaborado com o apoio de:



**REBECA ARAUJO**